

**Seminário Internacional**  
**“O Modelo Comunitário da Educação Superior: uma visão de futuro”.**

Promoção

UPF – Universidade de Passo Fundo

COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas

Dias 7 e 8 de maio de 2018

Auditório da Faculdade de Odontologia

UPF Campus I – Passo Fundo/RS

**Data: 07 maio 2018**

20:30 horas

Painel

Jaime Paviani – UCS)

Walter Frantz (UNIJUI)

Mediação: João Pedro Schmidt (UNISC)

Tema:

**A história das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES**

## INTRODUÇÃO

O texto trata de algumas reflexões sobre universidade comunitária e seu contexto. Evidentemente, nisso também estão seus limites. Escreve o historiador Jörn Rüsen que “lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é, faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro” (2007, p. 61). Penso que esse outro pode ser um indivíduo ou um coletivo. Talvez esteja nisso um dos maiores desafios às instituições comunitárias de educação superior, hoje. O “tornar-se outro” implica compreensão crítica “daquilo que era e de como se tornou o que é”. Porém, sabemos que não existe uma única leitura e interpretação dos fatos. Assim, também não existe apenas uma possibilidade de futuro. Por isso, é tão importante manter a lembrança dos fatos, submetidos, sempre de novo, à reflexão crítica e interpretação dos sujeitos, que fazem a história das universidades comunitárias. Certamente, nisso está um dos objetivos das reflexões e debates deste evento.

- a) De um modo abreviado, inicialmente, pode-se dizer que a universidade é expressão das mudanças históricas da sociedade humana. Nasceu em contexto histórico de afirmação da liberdade e da ciência como fundamentos da sociedade humana, institucionalizando a agência humana. Desde os tempos de seu nascimento, a universidade abrigou processos de mobilização e organização das sociedades, ao fazer ciência e promover a educação. Como tal, o seu contexto histórico não é isento de interesses, paradoxos, rupturas, crises, inerentes ao mundo dos seres humanos.
- b) O conceito e as práticas das universitárias comunitárias têm raízes profundas, seja na constituição histórica de sujeitos coletivos, seja na história da formação e afirmação do próprio estado moderno. Fizeram e fazem parte das iniciativas da sociedade civil e, como tais, são uma reação de sujeitos de necessidades, desejos e interesses, constituindo relações de poder em contextos históricos específicos. Não nasceram, a priori, de um script. Suas características se constituem *no movimento de seus pontos de partida*. Trata-se de iniciativas que, ao longo dos tempos e lugares, sob certas circunstâncias, foram-se constituindo, ao lado de iniciativas estatais e de projetos empresariais: ora por iniciativas de organizações confessionais, ora pela ausência do estado, ora pelas iniciativas de necessidades e interesses locais ou regionais, articulados por grupos ou lideranças específicas, tendo o campo da educação, do desenvolvimento científico e a formação profissional como seus objetivos. Assim, constituem forças de lugar, relações de poder. Pode-se dizer que são expressões de iniciativas políticas do processo de constituição das respectivas sociedades. O termo comunitário foi agregado a essas iniciativas nesse processo de afirmação de *força e poder*. Mais que uma definição de um conceito fechado em si, trata-se de uma estratégia de afirmação de iniciativas históricas da sociedade civil, buscando lhes dar uma identidade própria e específica, no processo das relações mais amplas.

- c) Especificamente, no que diz respeito às instituições comunitárias, existe uma razoável produção de textos, sob forma de dissertações, teses, livros, artigos e palestras, que discutem conceituações e características históricas, oferecendo suporte ao trabalho político de argumentação e de luta por seu reconhecimento e pela obtenção de um *status legal*, agora, materializado na lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior. A legislação não pode ser vista como uma proteção, mas um reconhecimento de um lugar específico, parte, de um processo de construção de um novo modelo de universidade.
- d) Penso que a lei constitui uma importante conquista. Apesar disso, penso que não deve limitar ou enquadrar, pura e simplesmente, nossa reflexão e debate sobre universidades comunitárias. Entretanto, trata-se de uma importante referência legal, que dá um lugar específico às universidades comunitárias, no contexto das políticas públicas, a partir do qual podem e devem continuar em suas negociações e relações com o estado brasileiro. A lei permite que se pautem a reflexão e os debates entre as próprias universidades, especialmente, entre as comunitárias. Enfim, existe um marco legal de orientação, porém que não deve levar ao engessamento da reflexão e do debate.
- e) O que hoje conhecemos por universidades comunitárias, portanto, guarda uma longa história. Em solo gaúcho, certamente, estão enraizadas em tradições históricas locais ou regionais. Ao lado de iniciativas históricas de cooperação de âmbito local ou regional, existentes na sociedade gaúcha, nasceram e se desenvolveram universidades comunitárias, sejam as de origem confessional ou laicas. Nesse sentido, é interessante observar o fundo histórico de contemporaneidade entre as escolas paroquiais e as cooperativas locais, entre as cooperativas regionais e as universidades regionais, no Rio Grande do Sul. Trata-se de experiências históricas de constituição de espaços comuns de necessidades e interesses, de poder e reações a contextos maiores, muitas vezes, adversos aos sujeitos individuais locais e regionais, levando-os a constituir seus próprios meios de organização da educação ou da economia. Escolas, cooperativas e universidades expressam caminhos e meios históricos locais e regionais de integração ou de relações com o ambiente do contexto maior. Constituem forças de lugar. Assim, são expressões e meios de processos democráticos.
- f) Trata-se de iniciativas da sociedade civil, sem fins lucrativos, isto é, não tem sua existência e sua atuação apoiadas em interesses do capital. A sua lógica não é a do capital, ou seja, a remuneração do capital investido. Diria que sua lógica é a da economia da vida. São iniciativas que não nasceram no núcleo do poder público-estatal, mas na sua periferia, isto é, no espaço da ampliação da esfera pública. Nasceram como expressões de vozes e vontades que querem se fazer ouvir e participar da construção de um espaço de educação, socialmente mais amplo e democrático.
- g) Entretanto, isso não garante, por si só, que estejam livres de “apropriação” de interesses alheios ao *comum* dessas iniciativas. Organizações dessa natureza correm também riscos de submissão e atrelamentos a interesses e projetos individuais ou grupais. Por isso, precisam estar orientadas pelo *jogo aberto* das forças democráticas do lugar *comum*. A noção do *comum*, quando se materializa em ações sociais, desperta identidade, mobiliza interações e pode levar à

construção de compromissos e responsabilidades, pode fundar processos sociais e alianças políticas.

- h) A partir dessas experiências históricas, a organização de espaços comunitários locais ou regionais, na área da educação, não deve ser entendida como uma iniciativa de privatização do espaço da educação, mas de um esforço de construção de espaços públicos de educação, ampliando o conceito de esfera pública. Portanto, não tem o foco no privado, mas no público, embora se utilizem do direito privado. Trata-se de diferentes iniciativas que, com muito esforço geraram grandes investimentos em infraestrutura e qualificação de profissionais, ao longo de décadas, construindo-se e se afirmando como meios e serviços de educação e pesquisa, em favor do desenvolvimento de suas *comunidades* e regiões.
- i) Não podemos esquecer que o desenvolvimento é um fenômeno social complexo, que desafia os próprios indivíduos nele envolvidos, embora estejam sujeitos às influências do contexto externo. Sob essa compreensão, trata-se de um processo fundado em relações sociais de participação e de poder de decisões. Acontece como produto de relações sociais no campo da cultura, da política, da economia etc. Portanto, trata-se de um processo que acontece também na relação dialógica com o outro, em processos sociais de constituição de sujeitos de sua história. Nesse processo o conhecimento é fundamental.
- j) Não possuo informações e conhecimentos suficientes para falar de cada uma dessas iniciativas. Penso que cada uma dessas iniciativas tem sua história específica. Porém, podemos citar algumas questões que têm a ver com os esforços de constituição de espaços de educação que, hoje, denominamos de universidades comunitárias:
  1. Historicamente, em termos de Rio Grande do Sul, temos as iniciativas comunitárias das escolas paroquiais. Especialmente, delas decorrem as iniciativas universitárias comunitárias confessionais. Nesse processo de constituição evolui o uso e o significado do próprio termo *comunitário*. A tradicional “Gemeinde” se amplia como espaço de agregação e inserção no contexto maior, buscando estabelecer força e poder de relação nos espaços da cultura, da educação, da política, da economia, entendida esta como produção e distribuição de bens e serviços entre as pessoas de uma comunidade ou sociedade. Não está em jogo a produção de lucros nessas relações, mas de resultados culturais e sociais de bem viver.
  2. As reações locais e regionais às transformações culturais, políticas, econômicas, ocorridas, especialmente, após a Segunda Grande Guerra do século XX, estão na origem de muitas das universidades comunitárias gaúchas.
  3. Os debates havidos por ocasião da elaboração da Constituição Federal de 1988 consagraram o termo *comunitário*, resgatando-o das experiências históricas das comunidades locais e paroquiais, das experiências congregacionais.
  4. A presença sempre maior, no cenário do ensino superior, de instituições empresariais foi “referencial de luta” por constituir espaços comuns de natureza comunitária, no campo da educação, constituindo forças de lugares de vida e não de capital.
  5. A compreensão do conceito de desenvolvimento, valorizando o local e o regional. Afirma Milton Santos (1996, p. 252): “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”. O autor fala da força do lugar. Assim, pode-se dizer que a universidade comunitária é expressão da força do lugar, isto é, traduz processos de construção de consciência e

força nas relações sociais, especialmente, nos diferentes espaços do desenvolvimento local ou regional.

6. COMUNG (1993 e 1996)

7. ABRUC: 1995

## **OLHANDO PARA O FUTURO: desafios decorrentes**

Penso que as universidades comunitárias, em não sendo instituições estatais ou empresariais, devem ter referenciais próprios para sua organização e funcionamento.

Pode-se dizer que existem diferentes processos de globalização. A globalização predominante é a da competição, imposta de cima para baixo, modelada pelos interesses corporativos das grandes empresas multinacionais e pelos interesses geopolíticos dos países ricos e com poder de influência e controle, no cenário da economia internacional. Deste modo, transformam a educação em mercadoria, penetram em seus espaços, buscando rendimentos de capital.

No processo de globalização da expansão da busca de remuneração de capital investido, universidades correm riscos de serem reduzidas a instrumentos de meros interesses econômicos de indivíduos ou de grupos de interesse. Afirma Laval (2004, p. XIII) que a educação “se tornou um ‘fator de atratividade’ dos capitais cuja importância cresce nas estratégias ‘globais’ das empresas e nas políticas de adaptação dos governos”.

De acordo com Klaus Wiegandt (2007), o maior perigo vem da crença de uma possibilidade de um ilimitado crescimento econômico, por parte dos políticos e líderes empresariais, que acreditam nas inovações tecnológicas como respostas para todos os desafios sociais, hoje e no futuro. Certamente, isso decorre do fato de termos, no mundo atual, atrelado o desenvolvimento da ciência, as práticas educativas e a política à lógica do capital, retirando-lhes a “essência” de seu sentido humano. Em consequência desse atrelamento, vivemos em uma civilização de incertezas e altos riscos em relação à sustentabilidade ambiental e social pela destruição de espécies vegetais e animais ou de formas sociais de organização da vida dos seres humanos, segundo Ulrich Beck (2010).

Em termos locais ou regionais, os riscos se apresentam pela destruição de suas organizações históricas, alimentado por um discurso que provém do mercado, dominado pelos interesses do capital, desconhecendo-se a história das iniciativas locais e regionais. Ao submeter atividades humanas e suas instituições ao mito da *mão invisível do mercado*, segundo o economista Tomás Sedláček (2013), é lhes subtraída a *alma*, isto é, sua humanidade. Na perspectiva dessa visão, a educação passa a ser uma simples mercadoria, submetida aos interesses do capital.

Assim, impõe-se o debate sobre que tipo de sociedade se quer, isto é, sobre o seu desenvolvimento e os sujeitos desse processo. Impõe-se um debate teórico sobre a sociedade que se quer, isto é, sobre o seu desenvolvimento, os instrumentos e as ações a serem realizadas. Mais que um olhar para o individual é preciso um olhar para o coletivo, que permite a percepção da *possibilidade como categoria histórica* de intervenção. Poderia a universidade comunitária ser uma possibilidade de intervenção?

Na visão do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto (1999), impõe-se uma necessidade profunda da análise sobre a sociedade humana que conduza à criação, ou invenção, de novas formas e padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si e das sociedades humanas com seu meio ambiente. Creio que esse seja um dos maiores desafios à humanidade, no século XXI.

Escrevem Dardot e Laval (2016, p. 402): “Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho. O governo dos homens pode alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do

controle generalizado. Ele pode sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além, daquelas da concorrência entre *atores autoempresendedores*”. Seria possível vislumbrar um espaço nesse processo às universidades comunitárias?

Penso que se coloca o desafio às sociedades locais ou regionais de estruturarem e valorizarem seus instrumentos e meios de inserção no contexto maior, no mundo das relações culturais, políticas ou econômicas, porém, mantendo o poder de controle, o mais possível, com seus protagonistas. Uma universidade, antes de ser instrumento a serviço de interesses e valores econômicos, é uma instituição de valores de vida, que são bem mais amplos que a materialidade do campo da economia.

Thomas Assheuer (2009, p. 24-25), por ocasião do 80º aniversário de Jürgen Habermas, procurou interpretar e resumir o pensamento do autor a respeito das sociedades modernas e da universidade:

A vida moderna encerra uma contradição. Seus sistemas aliviam da miséria material, mas ao mesmo tempo, quase não podem ser conciliados com o dia-a-dia ou invadem como “senhores coloniais” os “poros” de formas consagradas de vida, infiltrando-as através da comercialização, da burocratização e do cientificismo. Transpondo às relações de hoje, isto significa: uma forma de “colonização” econômica está inerente à reivindicação de que a sociedade tem de ser organizada como um centro de lucro, do berço ao túmulo. O mesmo é válido para a brutal transformação das universidades, visando “eficiência”.

O comentário de Assheuer permite reconhecer um risco no atrelamento da universidade a um projeto unilateral de sociedade, *organizada como um centro de lucro, do berço ao túmulo*. Atualmente, mais que nunca, cultura e poder se fundem pelos laços da lógica da economia de mercado, submetendo a política à economia.

Aqui, cabe perguntar sobre os limites e as possibilidades de reação, diante do poder de modelar e definir a maneira de se perceber e interpretar o mundo. Qual o lugar e a função da universidade no processo de uma reação? Existem possibilidades de reação?

Certamente, ao lado dos limites, existem as possibilidades de reação. Isto é, apesar dos condicionantes, pode-se agir sobre a dinâmica social. Os seres humanos têm em si a possibilidade da criatividade, da capacidade de reação. Pela criatividade e pela reação podem agir sobre os condicionantes adversos às necessidades e interesses. Existe uma energia que se forma na relação entre os seres humanos, a partir de suas necessidades, interesses, desejos, etc. Nessa dinâmica estão os pensamentos, os valores, os conhecimentos, as ciências, a educação, a política, a economia, a arte, as suas organizações, entre outros. A geração de consciência política pode ser expressa em ações individuais e coletivas, no sentido da construção de caminhos alternativos.

Para finalizar, gostaria de reafirmar que considero ser função básica da universidade a discussão sobre a relação da ciência e o desenvolvimento, tendo a vida como referência e não o seu atrelamento à lógica de interesses econômicos. O avanço da ciência permitiu muitas conquistas, entretanto, a humanidade ainda está longe de superar suas contradições sociais e ambientais, de *rever e reverter* o encontro paradoxal entre o ser humano e a natureza, na sociedade contemporânea, submetido à lógica do capital e ao consumismo irresponsável frente à vida.

A humanidade está desafiada a retomar o controle desse processo de ruptura e a organização comunitária é um dos meios potenciais mais eficazes a isso. Diante do

exposto, considero que a estruturação de uma rede de relações, entre as pessoas e as organizações da comunidade regional com o sentido de sustentar o projeto comunitário, é condição fundamental para seu desenvolvimento. As regiões e as comunidades não podem renunciar à construção e consolidação de seus espaços de reflexão crítica, de produção de conhecimento, de desenvolvimento cultural e científico, sob o risco de alienar o controle de seus instrumentos de inserção no contexto da globalização a reboque de interesses econômicos externos. Esse processo requer a presença ativa da universidade como núcleo de pensamento crítico.

Entretanto, corremos o risco de deixar de ser diferentes, isto é, de pensar do mesmo modo como as forças globais e, desse modo, nossa força deverá vir da capacidade de concorrência e não das necessidades, dos desejos e interesses inerentes à vida. No mundo atual, a concorrência tem muito a ver com a lógica da expansão e acumulação de capital e não com qualidade em si. Tendo a concorrência como princípio ordenador da organização, teremos forças para evitar o risco de deixar de ser diferentes? Muitas são as iniciativas, mundo afora, que começam a ter a vida como referência e não mais a lógica em si do lucro pelos mecanismos da expansão e da acumulação de capital.

#### Referências

- ASSHEUER, Thomas. Jürgen Habermas. In: Magazin-Deutschland, n. 4, 2009.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.
- PINTO, Luiz Aguiar Costa, 1999: Mundo Pós-moderno. Notas para discussão e registro histórico. In: MAIO, Chor, BÔAS, Gláucia Villas (orgs.). Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999, p. 13-19.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SEDLÁČEK, Tomáš; GRAEBER, David. Revolution oder Evolution. Das Ende des Kapitalismus? München: Carl Hanser Verlag, 2013.
- WIEGANDT, Klaus. Handeln – aus Einsicht und Verantwortung. In: JÄGER, Jill. Was verträgt unsere Erde noch? Wege in die Nachhaltigkeit. 4ª Edição. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2007.